



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
CURSO DE AGRONOMIA

KESSIA SINARA GOMES DE MENEZES

**O EXTRATIVISMO DA CARNAÚBA NA ECONOMIA CAMPONESA: TRABALHO,
RENDA E RELAÇÕES DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO VIDA
NOVA/ARAGÃO, EM MIRAÍMA – CE**

FORTALEZA - CE
2026

KESSIA SINARA GOMES DE MENEZES

O EXTRATIVISMO DA CARNAÚBA NA ECONOMIA CAMPONESA: TRABALHO,
RENDA E RELAÇÕES DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO VIDA NOVA/ARAGÃO,
EM MIRAÍMA – CE

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Agronomia, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Engenheiro(a) Agrônomo(a).

Orientadora: Prof. Dr. Maria Lúcia de Sousa Moreira.

Coorientadora: MSc. Mara Cibely de Oliveira Silva Kroeff.

FORTALEZA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M511e Menezes, Kessia Sinara Gomes de.

O extrativismo da carnaúba na economia camponesa: trabalho, renda e relações de gênero no assentamento Vida Nova/Aragão, em Miraíma – CE / Kessia Sinara Gomes de Menezes. – 2026.
55 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Agronomia, Fortaleza, 2026.

Orientação: Profa. Dra. Maria Lúcia de Sousa Moreira.

Coorientação: Profa. Ma. Mara Cibely de Oliveira Silva Kroeff.

1. Agricultura familiar. 2. Divisão sexual do trabalho. 3. Reprodução social. I. Título.

CDD 630

KESSIA SINARA GOMES DE MENEZES

O EXTRATIVISMO DA CARNAÚBA NA ECONOMIA CAMPONESA: TRABALHO,
RENDA E RELAÇÕES DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO VIDA NOVA/ARAGÃO,
EM MIRAÍMA – CE

Monografia apresentada ao curso de Graduação
em Agronomia, do Centro de Ciências Agrárias
da Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Engenheiro(a) Agrônomo(a).

Aprovada em: 20/01/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Lúcia de Sousa Moreira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

M.Sc. Mara Cibely de Oliveira Silva Kroeff (Coorientadora)
Pesquisadora do Avuar Social

Prof. Dr. Francisco Casimiro Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

M.Sc. Francisco Tavares Forte Neto
Instituto Centro de Ensino Tecnológico (SEDUC).

Dedico este trabalho a Deus e à Minha Família,
pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela minha vida, pelas oportunidades que me foram concedidas e por todas as coisas boas que me sustentaram ao longo dessa caminhada. A Nossa Senhora, minha mãezinha, por me guardar, proteger e acompanhar em todos os momentos.

Agradeço à minha família, pois esta conquista também é deles. Em especial, à minha mãe, Dona Maria do Socorro Lima Gomes, que sempre fez tudo o que esteve ao seu alcance. Sei que, se hoje estou aqui, é pela sua força, pelo seu trabalho, pela sua dedicação e pela mãe maravilhosa que a senhora é. Ao meu irmão, meu Benzinho, não consigo nem imaginar a vida sem você. Desde o momento em que soube da sua existência, você se tornou a luz dos meus dias. Ao meu amor e melhor amigo, Sebastião, que segura minha mão ao longo de todos esses anos, com paciência, companheirismo e muito apoio. Agradeço também ao Miles, por ser o gato mais lindo do mundo e morar na minha casa.

Aos meus avós, Dona Terezinha Lima Gomes e Sr. Antônio de Sousa Gomes, minhas maiores inspirações, agricultores que, com muita dedicação, foram a base para a construção dessa família que é o meu bem mais precioso. Agradeço imensamente a toda a minha família, pois muitas vezes encontrar os primos, os tios, as tias, os filhos dos primos foi a cura para momentos de angústia e indecisão. Vocês sempre me fizeram sentir amada, e isso é o que me sustenta. Faço questão de citar algumas pessoas muito especiais da minha família: Saminha, Sophia, minha dinda Sônia, Malu, Lulu, Iasmin, Venício, Letícia, Karol, Karlinha, Bel, Laine e Clara. São apenas alguns nomes entre tantos que eu amo, pois, se fosse citar todos, este texto não teria fim.

Agradeço à Universidade Federal do Ceará pela oportunidade e pelo privilégio de carregar seu nome em minha formação.

Aos meus queridos amigos Nayla e Arthur, faltam palavras para expressar o quanto eu os amo. Estamos juntos desde a primeira semana de aula do semestre 2020.1, e já se passaram seis anos de muitos momentos de alegria, desespero e tensão. Uma amizade que quero levar para a vida inteira. Vocês são, sem dúvida, os melhores que eu poderia ter tido durante a graduação.

Agradeço ao Programa Residência Agrária e ao PET Agrárias, que foram muito mais do que uma bolsa. Tenho imenso orgulho de fazer parte desses espaços. Foi graças ao PET que tive a minha orientadora, Professora Maria Lúcia, a quem sou profundamente grata por ter conhecido uma mulher tão humana, empática, amiga e, muitas vezes, mãe. Aprendi muito com você, professora, e a tenho como exemplo. A senhora foi e é muito mais do que uma tutora.

Agradeço também à minha coorientadora, Professora Mara Cibely, a quem também conheci por meio do PET. Apesar do pouco tempo de convivência, agradeço imensamente sua gentileza, atenção e solicitude.

Aos meus amigos petianos — Gabriel, Babi, Vitória, Victor, Nayla (novamente), Karolzinha, Maria, Andrezza, Eduardo, Madson, Amanda, Vanessa, Bibi, Camily, Ingredy e Caio — que marcarão para sempre a minha vida. Em muitos momentos, agimos quase como irmãos, e foi muito especial viver tantas experiências, aprendizados e viagens ao lado de vocês.

Agradeço ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pelos anos de estágio e por ter me apresentado pessoas maravilhosas que me inspiram, como Naty, Evren, Sarah, Fabi, Sr. Hugo e Evaldo.

A todos os outros colegas e amigos que fiz ao longo da graduação, em especial Benedito, Danilo, Sávio, Guilherme e Tainá, meu muito obrigada.

Agradeço imensamente ao Assentamento Vida Nova/Aragão, em especial à Dona Célia e ao Sr. Francisco, por terem me acolhido em sua casa, auxiliado na construção dos roteiros e articulado o contato com as famílias. Sem vocês, este trabalho não existiria. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço também a mim mesma. Foram muitas lutas, noites mal dormidas, ansiedade e desafios, mas eu consegui. Superei tudo isso e estou aqui, quase engenheira agrônoma. Sei que dei o meu melhor, porque sempre busquei fazer o melhor, acreditando que todo esforço vale a pena — e hoje tenho certeza de que valeu.

Por fim, agradeço aos demais membros da banca examinadora, professor Neto e professor Casemiro, pela disponibilidade em avaliar este trabalho, pelas contribuições e pelo tempo dedicado à leitura e análise desta pesquisa.

“Louvado sejas, meu Senhor, por nossa irmã, a
Mãe Terra, que nos sustenta e governa.”

(São Francisco de Assis)

RESUMO

Este trabalho analisa o extrativismo da carnaúba no Assentamento Vida Nova/Aragão, localizado no município de Miraíma, Ceará, no contexto do semiárido nordestino, buscando compreender seus impactos na economia camponesa e nas dinâmicas sociais e de gênero das famílias assentadas. Parte-se do entendimento de que o extrativismo da carnaúba é uma estratégia produtiva historicamente relevante, especialmente em períodos de estiagem, em que outras atividades produtivas enfrentam maiores limitações em função das condições climáticas. O objetivo central da pesquisa foi compreender em que medida o extrativismo da carnaúba contribui para a composição da renda das famílias assentadas, considerando a organização do trabalho, a divisão de tarefas entre homens e mulheres e a participação feminina na economia doméstica. A pesquisa possui caráter exploratório e adotou uma abordagem metodológica mista, combinando procedimentos qualitativos e quantitativos. A coleta de dados foi realizada por meio de estágios de vivência no assentamento, com aplicação de um formulário semiestruturado junto às famílias envolvidas no extrativismo, registros em diário de campo e a realização de um grupo focal com mulheres artesãs que atuam no beneficiamento da palha da carnaúba e na produção artesanal. Os dados foram sistematizados e analisados de forma integrada, articulando os resultados empíricos ao referencial teórico sobre agricultura familiar, extrativismo e relações de gênero no meio rural. Os resultados indicam que o extrativismo da carnaúba, embora raramente seja percebido como a principal fonte de renda das famílias, exerce papel estratégico na economia familiar, sobretudo durante o período seco, quando funciona como um importante complemento de renda. Observou-se uma divisão sexual do trabalho bem definida, na qual os homens se concentram majoritariamente nas etapas consideradas mais pesadas e externas, enquanto as mulheres atuam no beneficiamento da palha, na riscagem e na produção artesanal. Apesar de sua contribuição direta para a geração de renda, o trabalho feminino permanece pouco valorizado, sendo frequentemente compreendido como complementar, além de enfrentar limitações relacionadas à comercialização e à dependência de atravessadores. Conclui-se que o impacto do extrativismo da carnaúba na economia das famílias assentadas ultrapassa a dimensão estritamente econômica, envolvendo relações de gênero, trabalho e organização produtiva que condicionam o reconhecimento e a valorização das atividades desenvolvidas no Assentamento Vida Nova/Aragão.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Divisão sexual do trabalho; Reprodução social.

ABSTRACT

This study analyzes carnauba palm extractivism in the Vida Nova/Aragão Settlement, located in the municipality of Miraíma, Ceará, within the context of the Brazilian semi-arid region, seeking to understand its impacts on the peasant economy as well as on the social and gender dynamics of settled families. Carnauba palm extractivism is understood as a historically relevant productive strategy, especially during periods of drought, when other productive activities face greater limitations due to climatic conditions. The main objective of the research was to understand the extent to which carnauba extractivism contributes to the composition of family income, considering the organization of labor, the division of tasks between men and women, and women's participation in the domestic economy. The research has an exploratory character and adopted a mixed methodological approach, combining qualitative and quantitative procedures. Data collection was carried out through field immersion stages in the settlement, the application of a semi-structured questionnaire to families involved in extractivism, field diary records, and the conduction of a focus group with women artisans who work in the processing of carnauba palm leaves and in handicraft production. The data were systematized and analyzed in an integrated manner, articulating the empirical results with the theoretical framework on family farming, extractivism, and gender relations in rural areas. The results indicate that carnauba palm extractivism, although rarely perceived as the main source of family income, plays a strategic role in the family economy, especially during the dry season, functioning as an important complementary source of income. A well-defined sexual division of labor was observed, in which men are mainly concentrated in the heavier and external stages of the activity, while women are engaged in leaf processing, scraping, and handicraft production. Despite their direct contribution to income generation, women's work remains undervalued, often perceived as complementary, and faces limitations related to marketing and dependence on middlemen. It is concluded that the impacts of carnauba palm extractivism on the economy of settled families go beyond the strictly economic dimension, involving gender relations, labor, and productive organization that condition the recognition and valuation of the activities developed in the Vida Nova/Aragão Settlement.

Keywords: Family farming; Sexual division of labor; Social reproduction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Localização do Assentamento Vida Nova/Argão.....	36
Figura 2 – Secador solar instalado no assentamento Vida Nova/Aragão.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Fontes de renda e atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias entrevistadas.....	41
-----------	---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil das unidades familiares.....	39
Tabela 2 – Percepção sobre o aumento de renda das famílias durante o período de trabalho no carnaubal.....	42
Tabela 3 – Percepção sobre o papel da renda gerada pela carnaúba em relação as outras rendas da família.....	43
Tabela 4 – Destinação principal da renda obtida com o extrativismo da carnaúba.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Usos da carnaúba segundo o Ministério da Agricultura (2012).....	20
Quadro 2	- Divisão interna do trabalho e das funções desempenhadas nos carnaubais.....	18

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
PA	Projeto de Assentamento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
3 REFERENCIAL TEÓRICO	20
3.1 Caracterização da carnaúba.....	20
3.1.1 Características ecológicas e botânicas.....	21
3.2 O potencial e o extrativismo da carnaúba em áreas de reforma agrária	21
3.2.1 Assentamentos rurais e extrativismo da carnaúba no Brasil	22
3.2.2 Práticas e manejos no extrativismo da carnaúba	23
3.3 Assentamentos Rurais e Economia Camponesa	26
3.3.2 Conceito e características relativas à economia camponesa.....	26
3.3.3 O extrativismo da carnaúba como estratégia econômica camponesa.....	27
3.4 Gênero, trabalho e renda no meio rural	29
3.4.1 O trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho no campo.....	29
3.4.2 Os desafios das mulheres frente a desigualdade de gênero no campo	30
3.4.3 A participação das mulheres no extrativismo da carnaúba	31
4 METODOLOGIA.....	33
4.1 Caracterização da pesquisa	33
4.2 Caracterização da área de estudo	34
4.3 Instrumentos de coleta de dados	34
4.4 Método de Análise	36
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
5.1 Panorama do extrativismo da carnaúba no Assentamento Vida Nova/Aragão	37
5.1.1 A sazonalidade da renda e as estratégias de sobrevivência das famílias.....	38
5.2 Caracterização do trabalho de homens e mulheres no extrativismo da carnaúba.....	39
5.3 O extrativismo da carnaúba na composição da renda das famílias assentadas.....	40

5.4 Trabalho feminino no extrativismo da carnaúba e sua contribuição para a renda familiar	44
.....	44
6 CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICES	53

1 INTRODUÇÃO

O tema desta monografia surgiu a partir de um estágio de vivência realizado por meio do Programa Residência Agrária e do Programa de Educação Tutorial Agrárias – Conexão de Saberes, da Universidade Federal do Ceará, desenvolvido no assentamento Vida Nova/Aragão. Tal experiência dialoga diretamente com a trajetória acadêmica da autora e com seu interesse nas dinâmicas socioeconômicas dos assentamentos rurais. A partir da vivência no assentamento foi possível observar como a carnaúba, enquanto recurso natural de grande potencial, exerce influência significativa sobre a organização social, no planejamento produtivo e na reprodução da vida das famílias assentadas. Nesse contexto, as conversas com os assentados evidenciaram o valor econômico e simbólico atribuído à atividade extrativista, elemento central para a autoconsumo e a identidade da comunidade. Diante disso, iniciou-se o planejamento da abordagem da pesquisa e da coleta de dados, bem como o aprofundamento teórico acerca do contexto histórico dos assentamentos rurais, da importância da carnaúba no Nordeste e das múltiplas dimensões que compõem a vida camponesa.

Conhecida como “árvore da vida”, a carnaúba possui grande importância ecológica, econômica e cultural, constituindo-se como fonte de renda e identidade para diversas comunidades rurais do Nordeste brasileiro (Silva; Moura, 2018). As populações indígenas e sertanejas historicamente reconheceram seu potencial múltiplo: as raízes possuem uso medicinal, o tronco é empregado em construções, o palmito e os frutos servem de alimentação nutritiva para os animais, e as palhas são utilizadas tanto na confecção de utensílios artesanais quanto na adubação dos solos. Sua principal riqueza, contudo, é o pó que reveste as folhas mais jovens, e que origina a cera internacionalmente comercializada como *carnauba wax*, dotada de propriedades físico-químicas de alto valor para a indústria farmacêutica, cosmética e alimentícia (D’alva, 2004; Sousa, 2015).

O estado do Ceará se destaca como um dos principais produtores nacionais. Segundo o IPECE (2024), o estado exportou 11,9 toneladas de cera de carnaúba, concentrando grandes carnaubais sobretudo nos vales do Jaguaribe, Acaraú, Coreaú e Aracatiaçu (D’alva, 2004). A atividade mobiliza milhares de trabalhadores: estimativas do SindCarnaúba indicam que cerca de 90 mil pessoas atuam no sistema produtivo, entre corte de palha, extração do pó e beneficiamento. Entre esses trabalhadores, é comum a participação de famílias assentadas, que desempenham o extrativismo nos próprios carnaúbais dos assentamentos onde vivem (ACaatinga, 2023).

É nesse contexto que se insere o Assentamento Vida Nova/Aragão, localizado no

município de Miraíma, na região do Litoral Oeste do Ceará. Criado em 1995 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o assentamento compreende uma área de 1.200 hectares, onde vivem 39 famílias cadastradas e 10 agregadas. A renda das famílias é diversificada: durante a quadra chuvosa, realizam agricultura de sequeiro, com destaque para o milho e o feijão; mantêm a pecuária leiteira em pequena escala; algumas são beneficiárias de programas sociais; e parte dos moradores exerce atividades assalariadas fora da comunidade.

Entretanto, no período seco, entre os meses de setembro e novembro, uma atividade se destaca e se torna central para a economia local: o extrativismo da carnaúba. São os meses em que os homens do assentamento adentram os carnaubais para a retirada das palhas e extração do pó cerífero, atividade que se organiza de forma comunitária. Paralelamente, parte das palhas é destinada ao secador solar do assentamento, de onde saem os materiais utilizados pelas mulheres artesãs para a produção de chapéus, bolsas e outros itens, trabalho complementar que, embora muitas vezes desvalorizado, contribui para a renda familiar e para a permanência das famílias no campo.

Diante da importância histórica, cultural e econômica da carnaúba no semiárido cearense, torna-se relevante compreender como essa atividade se insere no cotidiano das famílias assentadas do Assentamento Vida Nova/Aragão, considerando suas implicações econômicas, sociais e organizativas. Tal discussão ganha ainda mais relevância pelo fato de o assentamento estar localizado no município de Miraíma, que apresenta a menor renda média mensal per capita do estado do Ceará, conforme estudo do IPECE com base no Censo Demográfico de 2022. Apesar da reconhecida relevância do extrativismo da carnaúba, persistem lacunas no que se refere à forma como essa prática se articula à composição da renda familiar, à divisão do trabalho entre homens e mulheres e às estratégias de reprodução social das famílias assentadas.

Neste sentido, este estudo busca responder à seguinte pergunta de partida: em que medida o extrativismo da carnaúba influencia a economia familiar, a organização social e a divisão do trabalho das famílias assentadas do Assentamento Vida Nova/Aragão? Para responder a essa questão, o presente trabalho tem como objetivo analisar como o extrativismo da carnaúba se insere na economia familiar, na organização social e na divisão do trabalho das famílias assentadas do Assentamento Vida Nova/Aragão, localizado no município de Miraíma, Ceará, a partir da percepção dos próprios assentados. Como objetivos específicos, pretende-se: a. caracterizar a atividade extrativista do pó cerífero da carnaúba no Assentamento Vida Nova/Aragão e a dinâmica de trabalho dos assentados envolvidos; b. analisar a divisão do trabalho entre homens e mulheres no extrativismo da carnaúba no assentamento; c. identificar, a partir da percepção das famílias, as atividades produtivas que compõem a renda familiar

associada ao extrativismo; e d. compreender a participação feminina na composição da renda familiar, seja por meio do extrativismo da carnaúba ou de outras atividades laborais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para sustentar as discussões desenvolvidas nesta pesquisa, o referencial teórico foi dividido em quatro eixos principais: i. a caracterização da carnaúba, situando sua relevância ecológica e econômica; ii. o potencial produtivo da carnaúba e as especificidades do extrativismo em assentamentos da reforma agrária; iii. os assentamentos rurais e sua relação com a economia camponesa; iv. as dinâmicas de gênero, trabalho e renda no contexto rural.

3.1 Caracterização da carnaúba

A palmeira carnaúba (*Copernicia prunifera* (Mill.) H.E.Moore), pertencente à família Arecaceae e é nativa do semiárido brasileiro, embora cresça com facilidade em qualquer clima tropical e existam palmeiras da carnaúba na África Equatorial, no Ceilão, no Equador, na Tailândia e na Colômbia, é apenas no ambiente seco das caatingas do Nordeste, especialmente nos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, que ela se encontra em condições de exploração econômica (Araújo *et al.*, 2013; Carvalho & Gomes, 2008).

De acordo com o Ministério da Agricultura (2012), a carnaúba apresenta uma ampla variedade de aplicações. Para visualizar de maneira clara essas possibilidades, o Quadro 1 reúne as principais categorias de uso descritas no documento.

Quadro 1 – Usos da carnaúba segundo o Ministério da Agricultura (2012)

Categoria de Uso	Descrição
Alimentação	Fruto comestível; extração de óleo; palmito do caule; raízes usadas na fitoterapia.
Madeira	Utilização do tronco para construção de casas, postes, cata-ventos e pontes.
Fibras	Produção de cobertas, cordas, redes, chapéus, cestos e diversos artesanatos.
Indústria Farmacêutica e Cosmética	Matéria-prima para formulações diversas nesses setores.
Proteção de Frutos e Flores	Produção de emulsões utilizadas na conservação vegetal.
Polimento	Aplicações no polimento de móveis, pisos, carros e outros.

Fonte: Adaptado de Ministério da Agricultura (MAPA, 2012, p. 7).

3.1.1 Características ecológicas e botânicas

A carnaúba, *Copernicia prunifera* (Mill.) H.E. Moore é uma palmeira típica, ocorrendo com frequência em terrenos salinizados e mal drenados, nos pontos mais próximos dos rios, preferindo solos argilosos (pesados), aluviais e com a capacidade de suportar alagamento prolongado durante a época de chuvas (Alves & Coêlho, 2008; Arruda & Calbo, 2004). A espécie *Copernicia p.* por ser encontrada em áreas salinas pode ser caracterizada como bioindicador de solos salinos (Carvalho *et al.* 2015).

Lorenzi, *et al.* caracteriza-a:

Os caules dos indivíduos dessa espécie podem atingir 10-15 m de altura e 15-25 cm de diâmetro, apresentam folhas numerosas em forma de leque (flabeliformes), palmadas, que formam uma copa globosa. As inflorescências são intrafoliares, ramificadas, dispostas obliquamente e mais longas do que as folhas. Os frutos, ovoides ou globosos, apresentam epicarpo negro e liso e mesocarpo fino (LORENZI *et al.*, 2010. P. 196).

3.2 O potencial e o extrativismo da carnaúba em áreas de reforma agrária

A carnaúba desempenha um papel importante na economia rural do Nordeste, especialmente em regiões marcadas pela escassez de emprego e pela irregularidade climática. O extrativismo da palmeira tem historicamente representado uma alternativa de geração de renda para populações rurais de baixa renda, envolvendo conhecimentos tradicionais e forte demanda por mão de obra (Silva *et al.*, 2017; D'alva, 2004).

Segundo Alves e Coelho (2006), a atividade, embora essencial, apresenta limitações estruturais:

A atividade econômica desenvolvida em torno do extrativismo da carnaúba na região Nordeste do Brasil gera elevado nível de ocupação no campo, muito embora realizada sob baixos níveis de produtividade, principalmente devido ao baixo nível tecnológico, provocando uma perda estimada em cerca de até 60% de pó – atualmente o produto principal em termos comerciais –, durante as operações de corte, secagem da palha, trituração para extração e elaboração da cera de origem (ALVES; COELHO, 2006, p. 16).

Em complemento, Da Silva *et al.* (2025) defendem que o extrativismo deve ser compreendido como atividade estratégica para o desenvolvimento rural sustentável, desde que apoiado em políticas públicas, organização dos produtores e valorização dos conhecimentos tradicionais. Já Carvalho e Gomes (2019) observam que, diante do período de estiagem, “a carnaúba contribui de forma eficaz para a fixação das famílias no campo”, reafirmando sua relevância socioeconômica.

No contexto dos assentamentos rurais, esse potencial ganha contornos específicos. Em muitas áreas da reforma agrária, as carnaubeiras, presentes em lotes, áreas comuns ou terras vizinhas, possibilitam que os assentados participem do ciclo produtivo, ainda que, com frequência, de forma terceirizada ou por meio de arrendatários. A participação dos assentados como diaristas na safra revela tanto a importância econômica da atividade quanto a permanência de relações de dependência dentro do fluxo produtivo.

Assim, o extrativismo da carnaúba integra, de forma marcante, as estratégias de reprodução social das famílias assentadas, compondo um mosaico de práticas que inclui agricultura, pecuária e atividades extrativistas.

3.2.1 Assentamentos rurais e extrativismo da carnaúba no Brasil

Os assentamentos rurais constituem a principal expressão da política de reforma agrária no Brasil. Segundo o INCRA (2024):

O assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural (INCRA, 2024).

Além disso, os agricultores assentados assumem compromissos fundamentais:

Os agricultores que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando mão de obra familiar. Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas (INCRA, 2024).

A concepção de assentamento vai além de sua definição institucional. Medeiros e Leite (2004) afirmam que o termo é heterogêneo e “encobre uma extensa gama de ações, tais como compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou mesmo utilização de terras públicas” (Medeiros; Leite, 2004, p. 17). Os autores também destacam que a implantação dos assentamentos esteve associada à mobilização social, uma vez que “diversos grupos acamparam e/ou ocuparam áreas como forma de pressão sobre o Estado” (Medeiros; Leite, 2004, p. 17).

Essa dimensão política evidencia que os assentamentos não são apenas espaços produtivos, mas territórios de afirmação camponesa. Fabrini (2002) observa que “neste espaço, os assentados constroem o território camponês verificado nas relações econômicas, políticas, sociais, etc.” (Fabrini, 2002, p. 83). Feliciano (2006) complementa esse entendimento ao afirmar que as áreas de reforma agrária são também espaços de luta e de reprodução da classe camponesa, essa realidade se articula diretamente com o extrativismo da carnaúba.

Em muitos assentamentos do Nordeste, a participação das famílias nessa atividade integra suas estratégias de sustento, mesmo quando ocorre de maneira subordinada ao controle de arrendatários ou atravessadores. Assim, a prática extrativa nos assentamentos combina elementos característicos da agricultura familiar, como o uso da mão de obra familiar, a diversificação das atividades e a adaptação às condições locais, com as particularidades do fluxo produtivo da carnaúba, marcada pela sazonalidade e por relações historicamente desiguais.

3.2.2 Práticas e manejos no extrativismo da carnaúba

O extrativismo da carnaúba é uma atividade sustentada por técnicas transmitidas tradicionalmente e profundamente influenciada pelas condições sociais que moldam o meio rural nordestino. Conforme discutido anteriormente, essa prática se articula com dinâmicas de trabalho, desigualdades estruturais e relações de dependência próprias da região. No interior desse contexto, e devido ao baixo nível de tecnificação do sistema produtivo, a realização de todas as etapas do processo extrativo exige grande quantidade de mão de obra.

Antes de compreender quem são os trabalhadores que atuam diretamente nos carnaubais e quais funções desempenham, é fundamental destacar a figura do arrendatário, ou rendeiro, que ocupa posição central no sistema produtivo da carnaúba. Como descreve D’Alva (2004), o arrendamento é uma prática antiga, vigente desde o século XIX, por meio da qual o rendeiro negocia com o proprietário o direito de explorar temporariamente o carnaúbal. Após essa negociação, ele passa a assumir a gerência de todo o processo produtivo, desde a definição do valor pago pelo arrendamento até o processamento da palha, a extração do pó e a comercialização com a indústria. Essa configuração concentra no rendeiro diversas funções estratégicas, o que historicamente contribui para relações pouco equitativas no extrativismo, não apenas pela informalidade dos acordos, mas também pela disparidade de poder econômico entre os agentes. Em muitos contextos, especialmente quando se trata de rendeiros mais capitalizados, ele também pode assumir o papel de atravessador, comprando a produção de trabalhadores ou de arrendatários menores e revendendo-a diretamente à indústria. Ainda assim,

essa intermediação pode ser realizada por um agente externo, o que torna o processo produtivo ainda mais fragmentado e reforça a lógica em que os elos mais próximos do trabalho direto, aqueles que cortam, carregam e batem a palha, são os que menos se beneficiam economicamente. Além disso, a Cartilha Agricultura Familiar no Extrativismo da Carnaúba (Associação Caatinga, 2023) destaca que essa estrutura reforça desafios como a vulnerabilidade contratual dos trabalhadores, a ausência de transparência na formação dos preços e a dependência de intermediários, fatores que aprofundam desigualdades e limitam a autonomia dos pequenos produtores e das famílias extrativistas.

Diante dessas relações organizativas e das responsabilidades assumidas pelos diferentes agentes do extrativismo, é relevante identificar de forma sistematizada quais são os trabalhadores envolvidos na retirada do pó cerífero e como cada um contribui para o andamento do processo. Assim, o Quadro 2 apresenta a divisão interna das funções desempenhadas nos carnaúba, reunindo informações obtidas em campo e na literatura especializada.

Quadro 2 – Divisão interna do trabalho e das funções desempenhadas nos carnaúba

Função	Descrição das Atividades
Vareiro	Realiza o corte das palhas usando uma vara longa e geralmente recebe por produção.
Aparador	Recebe as palhas cortadas e retira o “olho”.
Juntador	Junta as palhas em feixes uniformes para facilitar transporte e manejo
Comboieiro/Carregador	Confere os feixes e transporta palhas até o local de secagem ou para a batida, geralmente com auxílio de animais.
Lasteiro	Organiza e estende as palhas no chão para secagem, garantindo boa exposição ao sol e reduzindo perdas.
Bombeiro	Responsável pelo abastecimento de água e alimentos durante o trabalho.
Riscador/ Operador de maquina	Risca os “olhos” que secam no secador solar para que soltem o pó /coloca as palhas na máquina para serem processadas.

Fonte: Elaboração da autora (2025). Fontes: D’alva (2004); Diário de campo (2025).

O manejo da carnaúba não envolve apenas desafios sociais e organizacionais, em termos de obstáculos ambientais que interferem diretamente na produtividade e na conservação dos carnaubais, destaca-se a presença da *Cryptostegia madagascariensis* Bojer ex Decne, Periplocoideae, Apocynaceae, espécie exótica invasora que se dissemina rapidamente em áreas de mata ciliar e compete de forma agressiva com a palmeira nativa. Como descreve Bonilla (2008), no trecho a seguir:

No Nordeste do Brasil temos a presença da planta conhecida como unha-do-cão ou unha-do-diabo que invade áreas de matas ciliares, competindo com a carnaúba, palmeira endêmica. A unha-do-cão (*Cryptostegia madagascariensis* Bojer ex Decne, Periplocoideae, Apocynaceae) é uma planta originária da ilha de Madagascar, na África, e provavelmente foi trazida ao Brasil com fins de ornamentação devido a sua bela flor lilás. É uma planta bastante agressiva na ocupação dos espaços, se apresentando como arbustiva e trepadeira oportunista, matando as demais espécies por asfixia e sombreamento, podendo dizimar grandes extensões de carnaubais, quando não controlada, acarretando grande problema sócio-econômico (Bonilla, 2008, p. 4).

Junto a isso, alia-se também a desafios relacionados ao clima e a pressão que esse exerce sobre os trabalhadores, a curta janela de coleta no ponto maturação ideal das palhas e o período de estiagem são fatores cruciais para a qualidade do produto final, isso é demonstrado por Da Silva *et al.* (1999), “a retirada do pó cerífero na época chuvosa, mesmo no estrato mais denso, leva a uma menor produtividade”, o que evidencia a vulnerabilidade da atividade frente às variações climáticas e reforça a necessidade de sincronização cuidadosa do manejo ao calendário sazonal.

Outro aspecto relevante quando se trata da qualidade e produtividade do pó cerífero diz respeito ao ambiente em que as palhas são alocadas durante o processo de secagem para posterior desprendimento do pó. Segundo estudos da Câmara Setorial da Carnaúba (2009), existem três modalidades principais de secagem: no chão batido, em estaleiro e em secador solar. A secagem tradicional no solo, embora amplamente utilizada devido ao acesso restrito às demais estruturas, aumenta a incorporação de impurezas e eleva as perdas de pó ao longo do manejo. O estaleiro, por evitar o contato direto com o solo, reduz a contaminação e melhora o rendimento. Já o secador solar, tecnologia desenvolvida a partir de pesquisas da Universidade Federal do Piauí, apresenta vantagens expressivas, como maior eficiência, menor tempo de secagem e aumento significativo no rendimento da cera. De acordo com os dados apresentados na cartilha, um milheiro de palha produz cerca de 5,5 kg de pó quando seco no chão, 6,3 kg quando seco em estaleiro e 7,2 kg quando passa pelo secador solar, evidenciando a importância dessa etapa para a qualidade do produto final.

No âmbito das práticas e dos manejos no extrativismo da carnaúba, a literatura destaca que essa atividade expõe os trabalhadores a diversos riscos à saúde, decorrentes tanto das condições ambientais quanto da forma de organização do trabalho. De acordo com Ximenes Neto e Crispim (2019), os extrativistas da palha de carnaúba estão sujeitos a riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos, associados à exposição prolongada ao sol, ao contato com o pó cerífero, ao esforço físico intenso e ao uso de instrumentos cortantes. Nesse sentido, os autores ressaltam a importância do uso adequado de equipamentos de proteção individual (EPIs) como estratégia fundamental para a minimização de acidentes e agravos à saúde, ainda que sua adoção não seja uma prática recorrente no cotidiano do trabalho extrativista

3.3 Assentamentos Rurais e Economia Camponesa

Na compreensão de uma atividade econômica como o extrativismo da carnaúba em áreas de reforma agrária, é preciso considerar não apenas a geração de renda ou o desenvolvimento econômico regional. Nesses territórios, reproduz-se o modo de vida camponês, que tem como pilares a diversificação produtiva, combinando agricultura, criação de animais e exploração de recursos naturais, sempre orientadas pela sobrevivência, pelo uso equilibrado dos recursos e pela valorização do território. Por isso, torna-se necessário entender como a atividade se alinha ao formato camponês de economia e à transversalidade que estrutura a vida das famílias assentadas. Assim, discutir o lugar da carnaúba nesse contexto implica reconhecer que sua importância não se limita ao aspecto econômico imediato, mas se articula com um modo de vida, com práticas sociais e com processos históricos de afirmação camponesa.

3.3.2 Conceito e características relativas à economia camponesa

Para iniciar o entendimento sobre a economia camponesa, é preciso antes de tudo compreender conceitos referentes ao campesinato. Wanderley (2014) afirma que, de uma forma generalista, mas que permite compreender a maioria das realidades camponesas, ele corresponde a uma forma social de produção cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto nos objetivos da atividade produtiva, voltados para atender às necessidades da família, quanto na própria organização do trabalho, que pressupõe a cooperação entre seus membros. Assim, o campesinato pode ser entendido como uma forma de viver e trabalhar no campo que não se resume à produção em si, mas envolve também um modo de vida e uma cultura.

Já Chayanov (1966) coloca que a economia camponesa organiza-se a partir de uma lógica distinta do modelo capitalista, pois sua unidade produtiva é estruturada sobre a força de trabalho da própria família e orientada prioritariamente para atender às suas necessidades de autoconsumo. A produção não é guiada pela busca ilimitada de lucro, mas pelo equilíbrio entre o esforço despendido no trabalho e o nível de consumo necessário para suprir as necessidades familiares. Quando esse equilíbrio é alcançado ou quando há um excedente de produção, a família tende a reduzir o ritmo de trabalho, uma vez que o trabalho agrícola é fisicamente exaustivo e a própria manutenção da família já está assegurada. Essa dinâmica, que Chayanov denomina de “autoexploração camponesa”, revela que o campesinato regula sua produção a partir de critérios internos e não segundo a lógica de acumulação típica do capital.

Além da perspectiva clássica, que destaca o trabalho familiar e a orientação da produção para as necessidades da unidade doméstica, a economia camponesa pode ser melhor compreendida quando relacionada ao debate contemporâneo sobre campesinato e agricultura familiar. Fernandes (2014) argumenta que, embora muitos estudos e políticas públicas tenham buscado separar esses dois termos, frequentemente qualifica o campesinato como algo pejorativo e “atrasado” e a agricultura familiar como “moderna”; isso não é algo que se sustenta quando observado na realidade. Para o autor, ambos designam o mesmo sujeito social: famílias que estruturam sua reprodução a partir do trabalho próprio, de vínculos comunitários e da gestão direta dos meios de produção. A diferença, portanto, não é técnica, mas política, marcada pelo esforço de invisibilizar formas não capitalistas de produzir e de viver no campo. Nessa perspectiva, a economia camponesa se caracteriza também como uma economia de resistência, que se afirma em meio à hegemonia do agronegócio por meio do uso cuidadoso do território, da diversificação produtiva e da autonomia relativa frente ao mercado.

Assim, compreender essa lógica é fundamental para reconhecer como determinadas atividades, sejam elas ligadas à agricultura, ao extrativismo, à criação de animais e a outras práticas produtivas próprias do meio rural, se articulam não apenas como formas de obtenção de renda, mas como práticas que reforçam modos de vida, relações sociais e estratégias territoriais próprias das famílias do campo.

3.3.3 O extrativismo da carnaúba como estratégia econômica camponesa

A atividade extrativista da carnaúba no Nordeste desempenha um papel fundamental na composição da renda das famílias camponesas do semiárido, mesmo sendo uma atividade sazonal. Nos períodos do ano em que as demais práticas agrícolas são prejudicadas pelas altas

temperaturas e pela ausência de chuvas, muitos agricultores recorrem ao extrativismo como forma de garantir recursos para suprir as necessidades básicas de suas famílias. Por isso, torna-se essencial compreender o valor social e econômico que essa atividade assume, especialmente por representar uma estratégia de diversificação produtiva e de criatividade frente às adversidades do semiárido. Nesse sentido, estudos que analisam a dinâmica econômica do extrativismo revelam a centralidade do trabalho no pó cerífero como fonte de renda. Como apontam Carvalho e Gomes (2009):

Na cadeia produtiva da cera de carnaúba, o elo da produção do pó é o maior gerador de empregos diretos, haja vista suas próprias características: exigência de baixa qualificação da mão de obra e mecanização incipiente. Como a produção de pó é sazonal e se repete anualmente, os empregos gerados são temporários, estendendo-se por até cinco meses (CARVALHO; GOMES, 2009, p. 370).

Concomitante a isso, o extrativismo da carnaúba também tem sua organização histórica marcada por profundas desigualdades sociais. D'Alva (2004) aponta a concentração fundiária e a predominância de sistemas de arrendamento como os principais responsáveis pelos baixos níveis de remuneração para trabalhadores e pequenos produtores, além de desestimular investimentos no manejo e na conservação dos carnaubais. Nesse contexto, a reforma agrária surge como uma possibilidade de reconfiguração dessas relações, ao permitir o acesso à terra e a construção de formas mais coletivas de organização do trabalho. No Ceará, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, a implantação de assentamentos rurais passou a criar condições para experiências de gestão coletiva do extrativismo, ainda que marcadas por limitações relacionadas à assistência técnica, ao crédito e à comercialização.

No Ceará, o autor também destaca experiências desenvolvidas em comunidades rurais de Beberibe e em assentamentos de Santana do Acaraú e de Miraíma, nas quais grupos de trabalhadores passaram a organizar coletivamente diferentes etapas do extrativismo da carnaúba, como o manejo dos carnaubais, o uso compartilhado de máquinas de bater a palha e a comercialização da produção. Essas iniciativas, ainda que apresentem caráter localizado e não disponham de registros sistematizados sobre sua continuidade ao longo do tempo, evidenciam o potencial da economia camponesa em articular trabalho, renda e território por meio de práticas cooperativas. Nessa perspectiva, o extrativismo da carnaúba, quando inserido em contextos de organização coletiva, ultrapassa a condição de atividade meramente complementar e passa a integrar estratégias mais amplas de reprodução social das famílias assentadas.

3.4 Gênero, trabalho e renda no meio rural

A discussão de gênero é ampla e pode se moldar e ser aplicado a variados contextos, um desses é como as relações ligadas ao gênero interferem nas relações humanas, o que pode incluir as de renda e trabalho, a Autora Joan Scott (1995), questiona de que maneira é a ocorrência e a forma que elas foram estabelecidas, do passado até os dias atuais. A autora cita que é importante enxergar isso de uma forma analítica, visto que essa percepção desde o passado vem moldando a forma como o paradigma social foi construído no que tange ao papel da mulher e do homem na sociedade.

Essa perspectiva também pode ser aplicada ao meio rural, onde se observa uma separação entre as formas feminina e masculina de inserção na sociedade, bem como entre suas funções e participação no trabalho. No âmbito da agricultura familiar, Heredia e Cintrão (2006) destacam que a produção resulta do trabalho conjunto dos membros da família, não havendo, em geral, a remuneração individual do trabalho, mas sim a obtenção de uma massa comum de produtos destinada ao atendimento das necessidades familiares. Ainda assim, essa lógica não elimina as desigualdades internas, pois persiste o estabelecimento de distinções entre as tarefas atribuídas a homens e mulheres. Nesse sentido, Brumer (2004) ressalta que:

As mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como 'ajuda', mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles (Brumer, 2004, p.210).

Brumer (2004), ainda em sua análise, constata que, mesmo quando as mulheres participam ativamente do trabalho agrícola, elas raramente são reconhecidas como responsáveis pela gestão econômica da produção. A administração da renda e, sobretudo, dos eventuais excedentes, permanece, em geral, sob controle masculino, cabendo às mulheres a gestão das despesas domésticas cotidianas. Essa dinâmica limita o acesso das mulheres a recursos financeiros próprios, compromete sua autonomia econômica e restringe sua participação nas decisões estratégicas da família, reforçando relações de dependência que se reproduzem de forma intergeracional no meio rural.

3.4.1 O trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho no campo

No campo, o trabalho realizado pelas mulheres assume um caráter cumulativo, uma vez que elas concentram atividades produtivas, domésticas e de cuidado no interior das

unidades familiares rurais, como grande parte das atividades realizadas pelas mulheres ocorre nos quintais produtivos ou no interior do ambiente doméstico, constrói-se a falsa percepção de que essas ações não constituem trabalho, mas sim uma extensão de sua vocação ou de suas obrigações naturais. Brumer e Freire (1983/1984) analisam a divisão do trabalho entre homens e mulheres no meio rural e apontam que aos homens são atribuídas, predominantemente, as atividades consideradas mais pesadas ou valorizadas por serem associadas ao saber masculino, como lavrar a terra, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e construir cercas. Também lhes cabe, em geral, o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, como o trator. Às mulheres, por sua vez, compete a execução de atividades rotineiras e contínuas, tanto no âmbito doméstico quanto no espaço produtivo, como o trato dos animais, especialmente os de pequeno porte, a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e, muitas vezes, o jardim.

Em consonância com essa análise, Cordeiro (2007) aprofunda a compreensão sobre o cotidiano feminino no meio rural ao destacar que,

Diferentemente dos homens, que se dedicam inteiramente ao trabalho agrícola, as mulheres se desdobram entre os roçados, os terreiros e a casa para conciliar as diferentes demandas do grupo familiar. No que se refere aos serviços domésticos, cabe às mulheres o cuidado com as crianças, a preparação de alimentos, a lavagem de roupa e a limpeza da casa e do terreiro. Além disso, no Sertão é de responsabilidade das mulheres e das crianças a coleta de lenha e de água para todo o grupo familiar. Elas se deslocam grandes distâncias uma ou duas vezes por dia para buscar água e lenha. (Cordeiro, 2007, p. 4)

Esse conjunto de atividades evidencia que o trabalho feminino no campo não apenas complementa o trabalho masculino, mas sustenta a vivência cotidiana da unidade familiar rural. No entanto, por estar associado ao espaço doméstico e a tarefas naturalizadas como “leves” ou “inerentes” à condição feminina, esse trabalho permanece historicamente desvalorizado e pouco reconhecido, o que contribui para a manutenção das desigualdades de gênero no meio rural.

3.4.2 Os desafios das mulheres frente a desigualdade de gênero no campo

Entre os principais desafios enfrentados pelas mulheres no campo está a forma como seu trabalho é historicamente desconsiderado enquanto trabalho produtivo, tanto no cotidiano das unidades familiares quanto nos mecanismos institucionais de reconhecimento. No interior da agricultura familiar, muitas das atividades realizadas pelas mulheres permanecem diluídas

entre tarefas domésticas, produtivas e de cuidado, o que dificulta sua identificação formal como trabalho agrícola e contribui para sua subvalorização social.

Ao analisar o trabalho feminino na agricultura, Heredia e Cintrão (2006) demonstram que esse processo está diretamente relacionado à maneira como o trabalho das mulheres é incorporado ou excluído das categorias oficiais de trabalho rural. As autoras apontam que, em diversas situações, mulheres e filhos participam conjuntamente das atividades produtivas ou assalariadas da unidade familiar, porém o pagamento é realizado de forma indivisível, com base na tarefa ou na produção, sendo direcionado exclusivamente ao homem. Dessa forma, mesmo quando participam ativamente do processo produtivo, as mulheres não são reconhecidas individualmente como trabalhadoras, o que contribui para a homogeneização da categoria “trabalhador rural” e para o apagamento das desigualdades de gênero existentes no interior dessa classificação. Essa forma de organização do trabalho repercute diretamente na produção de dados estatísticos e no acesso às políticas públicas. Como consequência da ausência de registros específicos sobre o trabalho feminino, observa-se a escassez ou mesmo inexistência de dados oficiais que expressem a real participação das mulheres na agricultura.

Nesse contexto, Grimm (2020) destaca que, embora todos os membros da unidade familiar sejam fundamentais para a reprodução social e econômica do estabelecimento agrícola, nem todos se beneficiam de maneira equitativa das políticas públicas estatais. Segundo a autora, as desigualdades de gênero presentes na agricultura familiar limitam o reconhecimento e a valorização do trabalho das mulheres, restringindo seu acesso a políticas de crédito, assistência técnica e demais instrumentos de fomento.

Além disso, conforme discutem Nobre e Moreno (2024), a divisão sexual do trabalho no campo apresenta particularidades que intensificam essas desigualdades. Diferentemente do meio urbano, no espaço rural as atividades produtivas, domésticas e de cuidado não se organizam em esferas claramente separadas. As mulheres transitam continuamente entre o roçado, o quintal produtivo e a casa, articulando produção e reprodução de forma indissociável. Essa sobreposição de funções e espaços contribui para que grande parte do trabalho feminino seja interpretada como extensão das responsabilidades domésticas, e não como trabalho agrícola propriamente dito, aprofundando sua desvalorização social e econômica.

3.4.3 A participação das mulheres no extrativismo da carnaúba

No Assentamento Vida Nova/Aragão, em Miraíma (CE), a participação das mulheres no extrativismo da carnaúba ocorre de forma específica e localizada. Conforme

observado durante o trabalho de campo, as mulheres não costumam atuar nas etapas mais pesadas da atividade, como o corte das folhas ou o transporte da palha. Sua inserção concentra-se, sobretudo, na riscagem do olho da carnaúba que são alocados no secador solar, ao entardecer, horário que tem uma temperatura mais amena e suportável no interior da estufa de secagem, o grupo de mulheres se reúne e vão até o secador para realização da riscagem, o processo é feito com o uso de lâminas, etapa fundamental para facilitar a liberação do pó, bem como no reaproveitamento das palhas remanescentes para a produção artesanal, que é o pagamento das mulheres pelo trabalho realizado.

Essa forma de inserção feminina no processo extrativista encontra respaldo na literatura especializada. D'Alva (2004) descreve que, em áreas onde coexistem a batedura mecânica e manual, os olhos maiores são reservados para a riscagem e a batedura manual, atividades geralmente realizadas por mulheres, com o uso de facas e instrumentos simples, em ambiente fechado. Segundo o autor, esse processo resulta na obtenção de um pó cerífero de maior qualidade, evidenciando o caráter técnico e estratégico do trabalho feminino no interior do fluxo produtivo da carnaúba.

As reflexões de Paulilo (2004) contribuem para compreender a forma como o trabalho das mulheres no meio rural é socialmente percebido e valorizado. A autora evidencia que o trabalho feminino tende a ser compreendido como subsidiário ao masculino, frequentemente interpretado apenas como uma ajuda ao orçamento familiar, especialmente quando apresenta caráter sazonal, descontínuo ou é realizado de maneira articulada a outras atividades. No extrativismo da carnaúba, essa lógica se aproxima da realidade observada no Assentamento Vida Nova/Aragão, onde o trabalho desempenhado pelas mulheres, sobretudo no artesanato da palha e em etapas específicas do processo produtivo, é muitas vezes considerado secundário, como se não tivesse relevância central para a economia familiar.

Essa desvalorização está inserida em uma construção social mais ampla das relações de gênero no trabalho. Kergoat (2009) analisa que a divisão sexual do trabalho se organiza a partir da separação entre trabalhos atribuídos aos homens e às mulheres, bem como pela hierarquização dessas atividades. Nesse processo, os trabalhos associados aos homens são reconhecidos como produtivos, enquanto aqueles desempenhados pelas mulheres são vinculados à esfera reprodutiva e naturalizados como extensão das responsabilidades domésticas. No meio rural, essa distinção torna-se ainda mais evidente, uma vez que grande parte do trabalho feminino se desenvolve no espaço da casa ou dos

quintais produtivos, contribuindo para sua exclusão do reconhecimento social como trabalho.

No contexto do extrativismo da carnaúba, essa construção se expressa na separação entre o trabalho masculino, associado ao corte da palha e à extração do pó cerífero, e o trabalho feminino, relacionado ao artesanato e a atividades consideradas complementares. Ainda que essas práticas contribuam diretamente para a geração de renda e para a reprodução econômica das famílias assentadas, elas permanecem socialmente desvalorizadas, reforçando a invisibilização do trabalho das mulheres e a naturalização das desigualdades de gênero no meio rural.

4 METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho, adotou-se uma abordagem metodológica orientada à compreensão da realidade agrária local e das dinâmicas socioeconômicas associadas ao extrativismo da carnaúba no Assentamento Vida Nova/Aragão. A investigação buscou apreender tanto os aspectos objetivos relacionados à composição da renda familiar quanto as dimensões sociais que envolvem a organização do trabalho, a divisão sexual das atividades e a participação das mulheres no processo produtivo.

Nesse sentido, as visitas às famílias assentadas constituíram uma etapa inicial fundamental da pesquisa, permitindo conhecer a organização das unidades familiares, observar suas rotinas produtivas e situar o extrativismo no conjunto das atividades que compõem a renda. Essas visitas também favoreceram a construção de vínculos com a comunidade, servindo de base para a definição dos instrumentos de coleta de dados e para o desenvolvimento das etapas subsequentes do trabalho de campo.

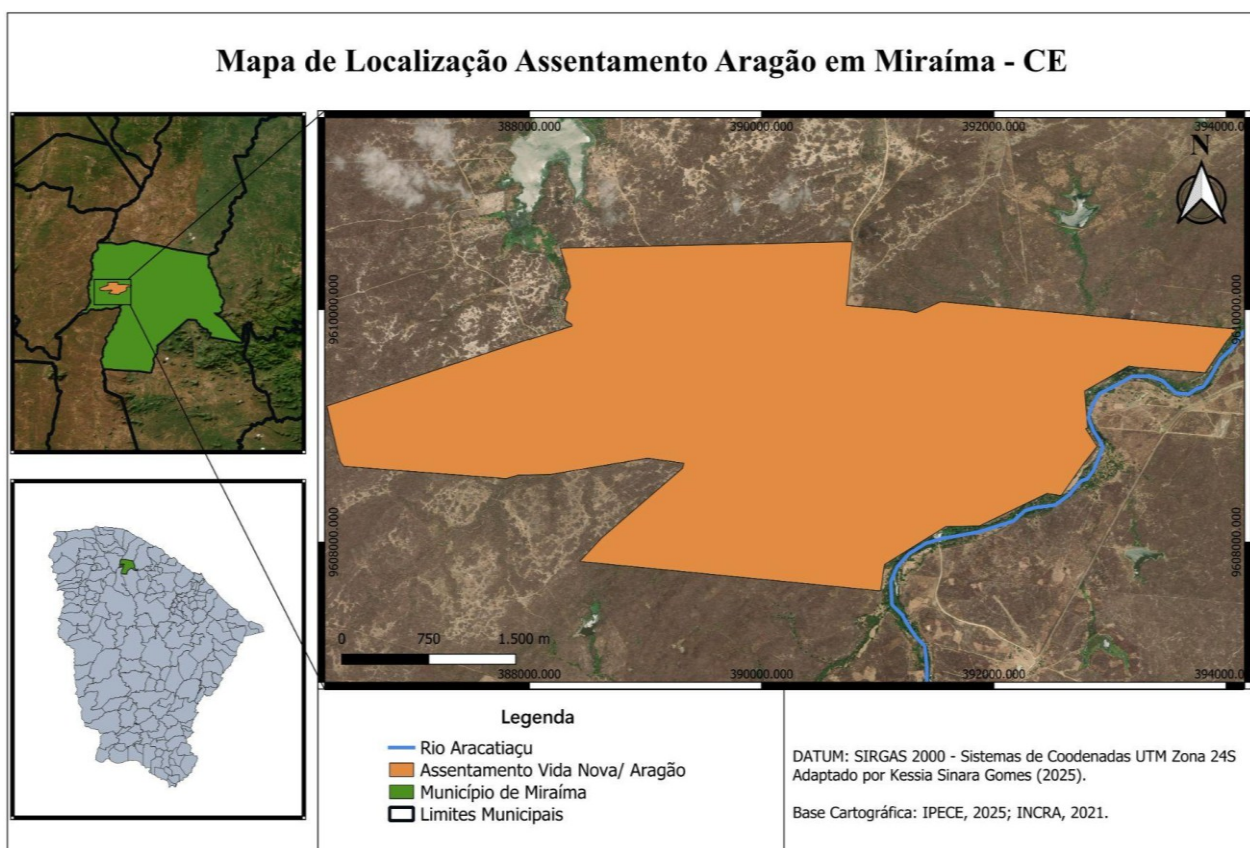
4.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de natureza mista, ou seja, qualitativa e quantitativa, desenvolvida a partir de estágios de vivência no Assentamento Vida Nova/Aragão, localizado no município de Miraíma – CE, realizados entre os meses de agosto de 2025 e janeiro de 2026. A combinação dessas abordagens possibilitou articular a análise de dados empíricos com a interpretação das relações sociais, de gênero e de trabalho que atravessam o extrativismo da carnaúba no Assentamento.

4.2 Caracterização da área de estudo

O Assentamento Vida Nova/Aragão está situado a 3 km da sede do município de Mirai ma, no estado do Ceará, localizada na região noroeste do estado. A cidade fica a cerca de 191 km da capital, Fortaleza, como mostra a figura 1. O Projeto de Assentamento (PA) federal foi homologado pelo INCRA em dezembro de 1995 por meio de um processo de desapropria o de terras. Atualmente, conta com 39 famílias cadastradas, 10 agregadas e uma área total de 1.266,18 hectares certificados. A vegeta o predominante   a caatinga arbustiva aberta, sob clima tropical quente semiárido (FUNCEME; IPECE, 2012).

Figura 1 - Mapa de Localiza o do Assentamento Vida Nova/Arg o



Fonte: Elaborado pela autora com dados IPECE, 2025; Incra, 2021.

4.3 Instrumentos de coleta de dados

Durante esse período, foram produzidas anotações sistemáticas em Diário de Campo. Conforme Bogdan e Biklen (1994), o diário de campo constitui o registro escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decorrer da coleta, permitindo refletir sobre os dados e apoiar as etapas posteriores de sistematização. Neste trabalho, tais registros foram fundamentais para compreender o cotidiano das famílias, suas práticas produtivas e a inserção da carnaúba na dinâmica econômica local.

Para compreender o papel das mulheres assentadas no extrativismo da carnaúba, bem como a contribuição feminina na composição da renda familiar, utilizou-se a metodologia do grupo focal. Morgan (1997) define essa técnica como uma modalidade da pesquisa qualitativa derivada das entrevistas grupais, na qual as informações são produzidas a partir das interações entre os participantes. Seguindo esse direcionamento, foram convidadas mulheres assentadas que desenvolvem algum tipo de artesanato, especialmente relacionado ao beneficiamento da palha da carnaúba. A discussão foi conduzida a partir de um roteiro com perguntas norteadoras pré-definidas (APÊNDICE A). Durante a atividade, participaram 7 mulheres artesãs; cada participante teve seu momento de fala e o diálogo foi conduzido de forma não interventiva pelos facilitadores, com o intuito de promover um espaço de partilha coletiva e permitir que as narrativas femininas emergissem a partir de seus próprios olhares e experiências.

Além disso, para sustentar os objetivos da pesquisa, foi aplicado um formulário semiestruturado a uma amostra aleatória simples de 32,5% das famílias assentadas (13 famílias) em que algum membro trabalha no extrativismo da carnaúba, abordando principalmente o perfil socioeconômico das unidades familiares e o impacto da atividade extrativista na composição de suas rendas (APÊNDICE B).

Cabe destacar que a análise do impacto do extrativismo da carnaúba sobre a renda familiar não se baseou em dados contábeis ou mensurações precisas de valores monetários, mas na percepção das próprias famílias assentadas acerca do aumento, manutenção ou complementaridade da renda ao longo do ano. Essa opção metodológica se justifica tanto pela dificuldade de acesso a informações financeiras detalhadas quanto pelo entendimento de que, no contexto da agricultura familiar e do extrativismo, a renda é vivenciada e avaliada de forma relacional e qualitativa pelos sujeitos envolvidos.

Por fim, foram incorporados dados secundários, incluindo literatura científica, documentos institucionais e estudos relacionados aos temas centrais que atravessam os objetivos deste trabalho, fortalecendo a contextualização e a análise dos resultados.

4.4 Método de Análise

Os dados obtidos por meio dos formulários foram tabulados utilizando o *software* Microsoft Excel, possibilitando a organização e a realização de uma análise descritiva das informações coletadas. Os resultados quantitativos foram interpretados de forma que dialogassem com os dados qualitativos provenientes do diário de campo e do grupo focal, buscando estabelecer relações entre renda, trabalho, gênero e extrativismo. As falas das participantes foram examinadas considerando os objetivos da pesquisa e o referencial teórico adotado, de modo a compreender os significados atribuídos ao trabalho feminino e sua inserção na dinâmica econômica e social do assentamento.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados obtidos a partir do trabalho de campo realizado no Assentamento Vida Nova/Aragão, em Miraíma (CE), com o objetivo de analisar o impacto do extrativismo da carnaúba na economia familiar das famílias assentadas. A análise considera o extrativismo como uma atividade inserida em um conjunto mais amplo de estratégias produtivas e de reprodução social, articulando dimensões econômicas, organizativas e de gênero, os resultados buscam caracterizar a organização do trabalho no extrativismo da carnaúba, evidenciando a divisão de tarefas entre homens e mulheres ao longo do fluxo produtivo, além disso busca-se apresentar resultados referentes à composição da renda das famílias assentadas, destacando o papel do extrativismo da carnaúba na economia familiar. E por fim, o capítulo aborda de forma mais específica a participação das mulheres no extrativismo da carnaúba, a partir dos resultados do grupo focal realizado com artesãs do assentamento.

Dessa forma, os resultados apresentados ao longo do capítulo buscam oferecer uma leitura integrada do extrativismo da carnaúba, articulando a organização do trabalho, a composição da renda e as relações de gênero, de modo a responder ao objetivo geral da pesquisa e aos objetivos específicos propostos.

5.1 Panorama do extrativismo da carnaúba no Assentamento Vida Nova/Aragão

O extrativismo da carnaúba no Assentamento Vida Nova/Aragão ocorre de forma sazonal, concentrando-se no período de safra, entre os meses de setembro e novembro. Nesse intervalo, a atividade mobiliza cerca de quarenta trabalhadores, organizados em dois grupos coordenados por lideranças locais, responsáveis pela articulação das tarefas e pela condução do trabalho coletivo.

O processo produtivo é estruturado a partir de uma divisão cooperativa e especializada das atividades. As etapas envolvem o corte das palhas, a separação e preparação do material, o agrupamento e transporte até os pontos de secagem, além das fases posteriores de beneficiamento, como a batida e a moagem da palha para a obtenção do pó cerífero. Parte do material dá origem a subprodutos, que são reaproveitados na alimentação animal, na adubação dos roçados ou em outras atividades complementares, evidenciando uma lógica produtiva baseada no aproveitamento integral da matéria-prima.

Embora parte do trabalho extrativista ocorra nos carnaubais localizados no interior do assentamento, muitos trabalhadores também atuam em propriedades vizinhas, prestando

serviços para rendeiros durante o período de safra. Essa inserção fora do território ocorre como uma estratégia de complementação da renda familiar, considerando que, no assentamento, a atividade extrativista se concentra em um intervalo reduzido, de aproximadamente dois meses. Tal dinâmica se aproxima do que D’Alva (2004) descreve para o extrativismo da carnaúba no Nordeste, marcado pela contratação temporária da força de trabalho camponesa e pela limitada apropriação do valor gerado pelos trabalhadores. Nesse contexto, atravessado pela sazonalidade climática e pela restrição de alternativas produtivas no período seco, o extrativismo da carnaúba assume papel central como estratégia de sobrevivência e de reprodução social das famílias assentadas, articulando trabalho, renda e permanência no território.

5.1.1 A sazonalidade da renda e as estratégias de sobrevivência das famílias

A mudança do paradigma do “combate à seca” para o da convivência com o Semiárido representa um avanço importante na forma de interpretar as dinâmicas socioambientais da região. No entanto, essa convivência não deve ser compreendida como uma adaptação passiva às condições naturais, mas como um processo ativo de construção social do território. Conforme discutido por Silva (2007), conviver com o Semiárido implica pensar, agir e sentir de maneira diferente o ambiente em que se vive, valorizando os recursos locais, a diversidade cultural e os saberes construídos historicamente pelas populações que habitam esses espaços.

Essa compreensão dialoga com as contribuições de Wanderley (2009), ao destacar que os territórios rurais não são apenas espaços de produção econômica, mas também de vida, identidade e pertencimento. Nesse sentido, as estratégias adotadas pelas famílias assentadas refletem formas concretas de valorização do território e de fortalecimento da autonomia local.

No Assentamento Vida Nova/Aragão, essa perspectiva se expressa por meio de iniciativas apoiadas pela Associação Caatinga em parceria com a rede privada, como a implantação de um secador solar retratado na figura 2 e a realização de processos de qualificação. Essas ações contribuíram para modificar a relação da comunidade com os carnaubais, permitindo maior controle sobre o fluxo produtivo da carnaúba, a negociação direta da produção e a redução da dependência de atravessadores. Embora o equipamento ainda apresente limitações frente ao volume produzido, a experiência evidencia uma convivência ativa com o Semiárido, baseada no aprimoramento do uso dos recursos disponíveis no território e na ampliação da autonomia econômica das famílias.

Figura 2 – Secador solar instalado no assentamento Vida Nova/Aragão.



Fonte: A autoria própria (2025).

5.2 Caracterização do trabalho de homens e mulheres no extrativismo da carnaúba

Os dados obtidos a partir do trabalho de campo e da sistematização das informações previamente levantadas indicam que o extrativismo da carnaúba no Assentamento Vida Nova/Aragão apresenta uma divisão sexual do trabalho bem definida, na qual homens e mulheres desempenham funções distintas ao longo do sistema produtivo. Essa divisão se estrutura tanto a partir das exigências físicas das atividades quanto de construções sociais relacionadas aos papéis de gênero no contexto do trabalho rural.

As etapas iniciais do processo extrativista da carnaúba, que envolvem o deslocamento até as áreas de carnaubais, o corte das folhas e o transporte da palha, são realizadas predominantemente pelos homens, uma vez que demandam maior esforço físico e longos períodos fora da unidade doméstica. Essas atividades são socialmente reconhecidas como o “trabalho pesado” do extrativismo e, por isso, tendem a receber maior valorização social. Após a coleta, os homens também se responsabilizam pela organização da palha para a secagem e pela extração do pó cerífero, etapa final do processo antes da comercialização.

As mulheres, por sua vez, concentram sua atuação em etapas como a riscagem da palha retirada e alocada nos secadores, além da confecção de artesanatos. Essas atividades, embora frequentemente realizadas no espaço doméstico ou em áreas próximas às residências, exigem habilidade, tempo e conhecimentos específicos, sendo fundamentais para a obtenção da fibra utilizada na confecção de chapéus e outros artefatos destinados à comercialização. No entanto,

por estarem associadas ao ambiente doméstico, tais atividades tendem a ser menos visibilizadas e socialmente valorizadas.

Esse padrão de organização do trabalho evidencia uma divisão sexual do trabalho, na qual as atividades desempenhadas pelas mulheres são frequentemente compreendidas como complementares, mesmo quando contribuem de forma significativa para a renda familiar. Tal dinâmica é recorrente no meio rural e foi amplamente discutida por Brumer (2004), ao demonstrar que o trabalho feminino na agricultura familiar tende a ser naturalizado e desvalorizado em comparação às atividades consideradas produtivas, tradicionalmente atribuídas aos homens.

Essa organização do trabalho evidencia que, embora homens e mulheres participem de forma integrada do extrativismo da carnaúba, suas contribuições assumem sentidos distintos no interior da economia familiar. Enquanto os homens permanecem associados às etapas externas e fisicamente mais exigentes da atividade, as mulheres se responsabilizam pelo beneficiamento da palha e pela produção artesanal, articulando o trabalho produtivo às tarefas cotidianas do espaço doméstico.

5.3 O extrativismo da carnaúba na composição da renda das famílias assentadas

Para compreender a importância da carnaúba para as famílias assentadas no semiárido, torna-se necessário contextualizar previamente o perfil das unidades familiares amostradas. Para isso, foram consideradas variáveis como a quantidade de pessoas residentes no domicílio, dentre essas aquelas que contribuem para a renda familiar, bem como a percepção sobre quem é o principal responsável pela renda doméstica. Esses dados estão sintetizados na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil das unidades familiares

Variável	Categoria	Percentual (%)
Pessoas na residência	1-2	23,07
	3-4	46,15
	5 ou mais	30,76
Pessoas que contribuem na renda	1	23,07
	2	53,84
	3 ou mais	23,07

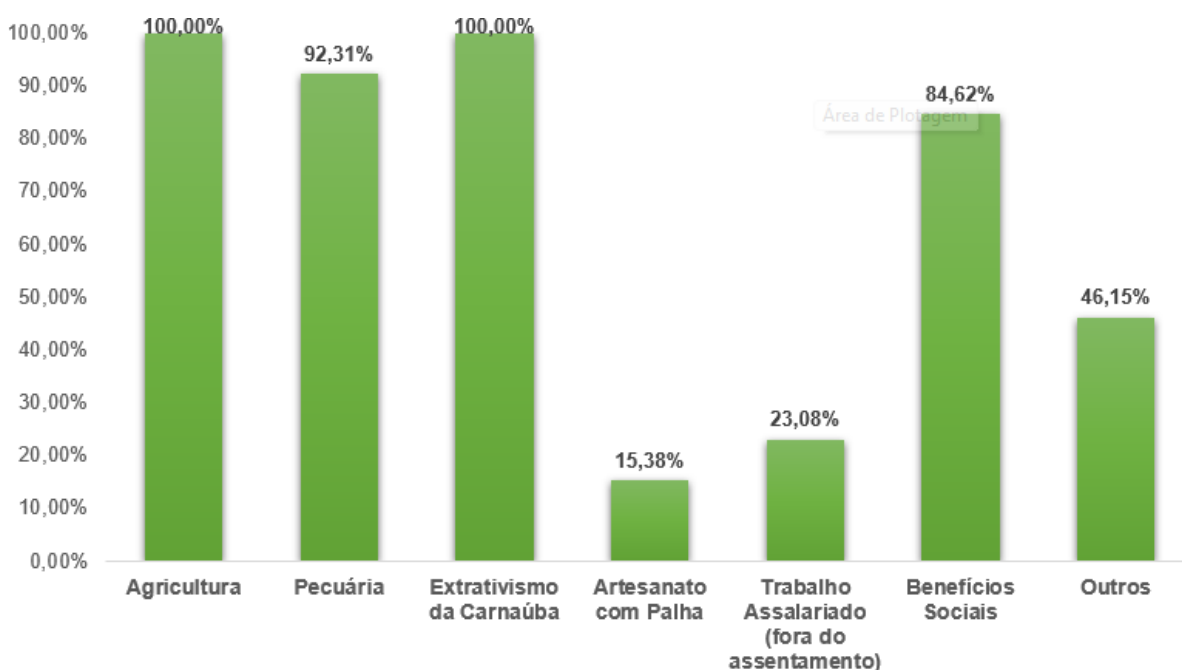
Principal responsável	Homem	46,15
	Mulher	15,38
	Ambos	38,46

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2026 (elaboração própria).

Os dados apresentados na Tabela 1 indicam que a maioria das unidades familiares entrevistadas é composta por três a quatro pessoas (46,15%), seguida por famílias com cinco ou mais moradores (30,76%), o que evidencia a presença de núcleos familiares relativamente numerosos no assentamento. No que se refere à composição da renda familiar, observa-se que, em mais da metade das famílias (53,84%), pelo menos duas pessoas contribuem para a geração de renda, indicando um padrão de responsabilidade compartilhada. Ainda assim, ao analisar quem é percebido como principal responsável pela renda doméstica, os homens aparecem como principais provedores em 46,15% das famílias, enquanto em 38,46% dos casos a responsabilidade é atribuída a ambos os gêneros, e em 15,38% às mulheres.

Quando se trata das fontes de renda das famílias entrevistadas, observa-se uma diversidade de estratégias, que envolvem tanto atividades produtivas desenvolvidas no interior do assentamento quanto fontes complementares, como benefícios sociais e trabalho assalariado fora do território. Ainda assim, é possível identificar a existência de um padrão entre as famílias, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Fontes de renda e atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias entrevistadas.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2026 (elaboração própria).

Como observado, a comunidade segue tendências nas quais as famílias combinam diferentes atividades produtivas e fontes de renda, articulando práticas agrícolas e não agrícolas. Esse resultado dialoga com o que Schneider (2003) aponta ao afirmar que, na agricultura familiar, a pluriatividade constitui uma importante estratégia de reprodução social, além de ser fundamental para a permanência das famílias no campo, a partir da adaptação às condições locais em que vivem. A agricultura se apresenta como uma atividade unânime entre as famílias entrevistadas, enquanto a pecuária também se mantém como uma prática significativa. No entanto, observa-se que as famílias recorrem a outras estratégias para garantir o sustento da unidade familiar, como o extrativismo da carnaúba, aproveitando recursos naturais disponíveis no território, bem como o artesanato, o trabalho assalariado fora do assentamento e outras atividades de menor impacto na renda, como a criação de pequenos animais, a prestação de serviços esporádicos e o comércio.

No que se refere à renda média mensal das famílias entrevistadas, observa-se uma distribuição concentrada em faixas relativamente modestas, o que evidencia a importância da combinação de diferentes fontes de renda para a manutenção da unidade familiar ao longo do ano. Entre as famílias amostradas, quatro declararam renda mensal de até R\$ 1.000, outras quatro situam-se na faixa de R\$ 1.000 a R\$ 2.000, enquanto três famílias apresentam rendimentos entre R\$ 2.000 e R\$ 3.000. Apenas duas famílias declararam renda superior a R\$ 3.000 mensais. Esse cenário reforça a relevância de atividades complementares e sazonais, todas as famílias entrevistadas afirmaram que a renda familiar é menor durante o período chuvoso, o que evidencia a forte relação entre a sazonalidade climática e as estratégias econômicas locais, sobretudo no contexto do semiárido.

A fim de verificar a percepção das famílias em relação à renda, investigou-se como elas avaliam suas condições de rendimento durante o período de trabalho nos carnaubais. As respostas, expressas em termos percentuais, encontram-se na Tabela 2.

Tabela 2 - Percepção sobre o aumento de renda das famílias durante o período de trabalho no carnaubal.

Categoria de resposta	Percentual de famílias
Aumenta bastante	38%
Aumenta um pouco	62%

Permanece igual 0%

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2026 (elaboração própria).

Os dados evidenciam que a renda obtida a partir do trabalho nos carnaubais exerce influência direta sobre a dinâmica econômica das famílias assentadas. De modo geral, as famílias reconhecem que, durante o período de trabalho com a carnaúba, ocorre um aumento da renda familiar, seja de forma mais expressiva, seja de maneira moderada. A ausência de respostas indicando manutenção da renda reforça o entendimento de que a atividade assume papel estratégico no período seco. Outro aspecto considerado na pesquisa refere-se ao papel da renda gerada pelo extrativismo da carnaúba em relação às demais fontes de renda das famílias. Esses dados estão apresentados na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Percepção sobre o papel da renda gerada pela carnaúba em relação as outras rendas da família.

Categoria de resposta	Percentual de famílias
A principal fonte de renda	8%
Uma das Principais fontes de renda	46%
Uma renda complementar	46%
Uma renda eventual/ Pouco significativa	0%

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2026 (elaboração própria).

Os dados indicam que, embora o extrativismo da carnaúba seja amplamente reconhecido como relevante para a composição da renda familiar, ele raramente é percebido como a principal fonte de renda das famílias. Apenas 8% das famílias entrevistadas apontaram a atividade como principal fonte, enquanto a maioria a reconhece como uma das principais ou como renda complementar. Esse resultado está diretamente relacionado ao caráter concentrado que a atividade tem no período seco, o que limita sua capacidade de sustentar a renda familiar ao longo de todo o ano. Ainda assim, é perceptível a importância da carnaúba para a renda das famílias em um período de menor disponibilidade de outras atividades produtivas.

No que se refere à destinação dos recursos financeiros obtidos com o extrativismo da carnaúba, as famílias foram questionadas sobre a principal forma de uso da renda gerada pela atividade. Os resultados, expressos em percentual, estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Destinação principal da renda obtida com o extrativismo da carnaúba.

Categoria de uso	Percentual de famílias
Despesas imediatas (alimentação, contas, rémédios e etc)	38%
Quitar dívidas	31%
Investir em atividades produtivas	8%
Compra de bens	23%

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2026 (elaboração própria).

Os dados evidenciam que a renda obtida com o extrativismo da carnaúba é majoritariamente destinada ao atendimento de necessidades básicas das famílias, como despesas imediatas e quitação de dívidas, que juntas concentram a maior parte das respostas. Esse padrão indica que a renda gerada pela atividade não se configura como um excedente, mas cumpre um papel fundamental na manutenção do cotidiano doméstico das famílias assentadas. Em menor proporção, os recursos são direcionados à compra de bens e ao investimento em atividades produtivas, reforçando ainda mais o caráter complementar e estrutural da renda obtida com essa atividade para com as famílias.

5.4 Trabalho feminino no extrativismo da carnaúba e sua contribuição para a renda familiar

A participação das mulheres no extrativismo da carnaúba no assentamento Vida Nova/Aragão ocorre principalmente por meio do beneficiamento da palha e da produção artesanal, configurando uma dimensão relevante da economia familiar e da organização social do assentamento. A partir da análise do grupo focal realizado com mulheres artesãs, foi possível compreender como esse trabalho é aprendido, exercido e significado pelas próprias participantes, evidenciando não apenas sua contribuição econômica, mas também seus sentidos sociais e simbólicos.

Os relatos indicam que o aprendizado do artesanato com a palha da carnaúba ocorre majoritariamente no âmbito familiar, sendo transmitido entre gerações. As mulheres relataram ter aprendido a confeccionar chapéus ainda na infância, geralmente com as mães ou com outras mulheres da família, o que revela o caráter tradicional dessa atividade no assentamento. Desde cedo, o artesanato já se configurava como uma fonte de renda própria, sendo comum que o

dinheiro obtido com a venda dos chapéus fosse destinado à compra de bens pessoais, como fica evidente na fala de uma das participantes “Todo mundo na minha casa fazia chapéu, antes era uma renda extra para comprar roupas novas e calçados”, essa memória coletiva aponta que o artesanato representava uma das poucas possibilidades de acesso direto ao dinheiro, garantindo às mulheres e às crianças certo grau de autonomia financeira.

Para além do aspecto econômico, o trabalho artesanal é carregado de significados que extrapolam a geração de renda. Durante o grupo focal, as mulheres associaram o artesanato a sentimentos como prazer, distração e bem-estar, destacando inclusive sua importância para a saúde mental. Esses elementos indicam que o trabalho com a palha da carnaúba também se constitui como um espaço de sociabilidade, troca de experiências e fortalecimento de vínculos entre as mulheres do assentamento.

Apesar disso, a contribuição econômica do artesanato aparece nos relatos de forma recorrente como complementar à renda familiar. As participantes afirmaram que o dinheiro obtido com a atividade “ajuda” nas despesas da casa, especialmente em períodos de menor rendimento de outras atividades produtivas. Essa percepção dialoga com a análise de Paulilo (2004), que aponta como o trabalho feminino, por apresentar caráter volante e sazonal, tende a ser encarado como subsidiário ao trabalho masculino, sendo compreendido apenas como uma ajuda no orçamento familiar. No contexto do extrativismo da carnaúba, essa lógica contribui para a naturalização da desvalorização do trabalho das mulheres, mesmo quando ele é resultado de esforço contínuo, habilidade técnica e tempo dedicado.

Essa desvalorização foi explicitada de forma unânime pelas participantes, que afirmaram que o artesanato “não é valorizado”. Tal percepção está diretamente relacionada às dificuldades de comercialização e à dependência de atravessadores para a venda dos chapéus, como fala uma das artesãs “Os chapéus de palha são para o atravessador, ele passa comprando” Esse é um dos fatores que limitam o retorno financeiro da atividade e reforçam sua posição secundária na economia familiar. Essa realidade pode ser compreendida à luz da contribuição de Kergoat (2009), ao discutir a divisão sexual do trabalho e a construção social que estabelece a existência de trabalhos considerados “de homens” e “de mulheres”. Segundo a autora, o trabalho reprodutivo, historicamente atribuído às mulheres, é desprovido de reconhecimento econômico e social, enquanto o trabalho produtivo, associado aos homens, é legitimado como central. No meio rural, essa separação torna-se ainda mais evidente, uma vez que atividades realizadas pelas mulheres, mesmo quando geram renda, são frequentemente associadas a uma extensão das tarefas domésticas.

No caso do extrativismo da carnaúba, essa lógica contribui para que o trabalho feminino seja percebido como complementar e secundário, reforçando hierarquias de gênero já consolidadas no interior das famílias assentadas. Ainda assim, as mulheres apontaram possibilidades de fortalecimento da atividade por meio da organização coletiva. A ideia de formar um grupo de mulheres artesãs apareceu associada à expectativa de melhoria na comercialização e de maior reconhecimento do trabalho desenvolvido, sendo compreendida como um caminho para ampliar a autonomia econômica e social das mulheres no assentamento.

Dessa forma, os resultados do grupo focal demonstram que o trabalho feminino no extrativismo da carnaúba impacta a economia familiar não apenas pela renda gerada, mas também pelos significados sociais e simbólicos que carrega. Embora esse trabalho contribua para a reprodução econômica das famílias e para a autonomia das mulheres, ele permanece atravessado por relações de gênero que limitam seu reconhecimento enquanto atividade produtiva central, aspecto fundamental para a compreensão do impacto do extrativismo da carnaúba no Assentamento Vida Nova/Aragão.

6 CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos, é possível concluir que o extrativismo da carnaúba no Assentamento Vida Nova/Aragão constitui uma atividade que envolve a maioria da comunidade e dialoga diretamente com as estratégias camponesas de sobrevivência. Ao aproveitar os recursos naturais disponíveis no território, essa prática contribui para a geração de trabalho e renda e para a permanência das famílias no campo, sobretudo em um contexto marcado por restrições econômicas e climáticas. Nesse sentido, o extrativismo da carnaúba impacta a economia das famílias assentadas principalmente como uma estratégia complementar e sazonal, mas fundamental para a sustentação da renda em períodos de maior escassez.

Embora a carnaúba não seja compreendida pelos assentados como a principal fonte de renda, esse resultado pode ser explicado por fatores já discutidos ao longo do trabalho, como a sazonalidade da atividade, o baixo nível de tecnificação e as limitações estruturais do sistema produtivo. Ainda assim, o extrativismo se revela essencial para a economia local, uma vez que representa um incremento importante na renda familiar, sobretudo no período seco, quando a agricultura de sequeiro se torna impraticável em função das condições edafoclimáticas e a pecuária leiteira enfrenta maiores dificuldades decorrentes da redução da disponibilidade de pastagem. Dessa forma, a carnaúba exerce papel central na fixação das famílias no campo durante a estiagem.

No que se refere à caracterização do trabalho de homens e mulheres no extrativismo da carnaúba, os resultados evidenciam uma divisão sexual do trabalho bem definida. Os homens concentram-se, majoritariamente, nas etapas consideradas mais pesadas e externas da atividade, como o corte das folhas, o transporte da palha e a extração do pó cerífero. As mulheres, por sua vez, dedicam-se a múltiplas atividades, estando diretamente ligadas ao beneficiamento da palha, à riscagem realizada no secador e à produção artesanal. Essa organização do trabalho dialoga com o que a literatura aponta sobre o meio rural, no qual determinadas tarefas são socialmente associadas aos papéis masculinos e femininos.

Ao identificar as atividades produtivas que compõem a renda das famílias envolvidas no extrativismo, constatou-se que a economia familiar se estrutura a partir da combinação de diferentes fontes de renda, como a agricultura, a pecuária, os benefícios sociais, o trabalho assalariado fora do assentamento e o próprio extrativismo da carnaúba. Nesse contexto, a carnaúba se insere como uma atividade complementar estratégica, integrando as estratégias econômicas das famílias e contribuindo para sua reprodução social ao longo do ano.

Quanto à participação feminina na composição da renda familiar, os resultados indicam que as mulheres contribuem de forma direta e indireta para a economia doméstica, seja por meio do extrativismo da carnaúba, seja por outras atividades laborais. No entanto, esse trabalho permanece pouco valorizado, o que se evidencia na ausência de remuneração direta após a venda do pó cerífero, mesmo quando sua atuação é fundamental para o processo produtivo, como no caso da riscagem da palha utilizada no secador. Como forma de pagamento, as mulheres recebem a palha remanescente, que é transformada em artesanato, atividade que enfrenta dificuldades relacionadas à comercialização, à dependência de atravessadores e à limitação no controle dos preços e das negociações.

Os resultados apontam que, embora existam experiências e iniciativas locais que sinalizam possibilidades de fortalecimento do extrativismo, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que os benefícios dessa atividade alcancem de forma mais equitativa a base do sistema produtivo. A atuação de atravessadores, a baixa margem de lucro e a limitada capacidade de organização produtiva seguem como entraves importantes. Nesse sentido, a organização coletiva das famílias, por meio de associações, cooperativas ou da inserção em circuitos curtos de comercialização, apresenta-se como uma possibilidade concreta de valorização do trabalho, aumento da renda e maior autonomia econômica, especialmente para as mulheres.

Cabe destacar, contudo, algumas limitações deste estudo. Embora a pesquisa tenha adotado uma abordagem metodológica de natureza mista, com produção de dados quantitativos sobre o perfil socioeconômico das famílias assentadas, a análise do impacto do extrativismo da carnaúba sobre a renda familiar baseou-se principalmente na percepção dos sujeitos pesquisados. A impossibilidade de acesso a dados contábeis precisos decorre da informalidade da atividade, da ausência de registros sistemáticos e do receio das famílias em fornecer informações financeiras, o que é comum em contextos rurais. Ainda assim, a combinação entre dados quantitativos descritivos e análise qualitativa mostrou-se adequada aos objetivos propostos.

Assim, frequentemente denominado “ouro verde do Nordeste”, o extrativismo da carnaúba ainda se desenvolve sob condições que restringem seu potencial econômico e social. O impacto dessa atividade na economia familiar das famílias assentadas do Assentamento Vida Nova/Aragão não se limita à renda gerada, mas se expressa também nas relações de trabalho, gênero e poder que estruturam o fluxo produtivo, evidenciando a necessidade de políticas e estratégias que promovam maior valorização, reconhecimento e justiça social no interior dessa atividade.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO CAATINGA. *Agricultura Familiar no Extrativismo da Carnaúba*. Fortaleza: Associação Caatinga, 2023. Disponível em: https://www.acaatinga.org.br/wp-content/uploads/Cartilha_AGRICULTURA_FAMILIAR_NO_EXTRATIVISMO_DA_CARNAUBA.pdf.
- ARAÚJO, L. H. B. *et al.* Germinação de sementes da *Copernicia prunifera*: biometria, pré-embebição e estabelecimento de mudas. *Enciclopédia Biosfera*, v. 9, n. 17, p. 1517-1528, 2013.
- ARRUDA, Giovana Maria Tadaieski; CALBO, Maria Elisa Ribeiro. Efeitos de inundação no crescimento, nas trocas gasosas e na porosidade radicular da carnaúba (*Copernicia prunifera* (Mill.) HE Moore). *Acta Botânica Brasileira*, v. 18, p. 219-224, 2004.
- BONILLA, Oriel Herrera. Estratégia de controle e manejo da Bioinvasão de *Cryptostegia madagascariensis* Bojer ex Decne.(periplocoideae, Apocynaceae) nas matas de carnaúba do Estado do Ceará. Fortaleza: UECE/ADECE, 2015.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto Editora, 1994.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, p. 205-227, 2004.
- BRUMER, Anita; FREIRE, Nádia Maria Schuch. “O trabalho da mulher na pequena produção agrícola”. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.
- CÂMARA SETORIAL DA CARNAÚBA. Boas práticas de manejo e beneficiamento da carnaúba. Fortaleza: Câmara Setorial da Carnaúba, 2009.
- CARVALHO, Francisco Prancacio Araújo de; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Eco-eficiência na produção de cera de carnaúba no município de Campo Maior, Piauí, 2004. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 46, p. 421-453, 2008.
- CARVALHO, Mercia Fonseca *et al.* Estudo de caso de três espécies de plantas bioindicadoras de solos salinos. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 10, n. 3, p. 41, 2015.
- CORDEIRO, Rosineide de LM. Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva. 2007. Disponível em: https://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_187.pdf. Acesso: 10 de dezembro de 2025.

DE CARVALHO, José Natanael Fontenele; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Pobreza, emprego e renda na economia da carnaúba. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 2, p. 361-378, 2009.

DE HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2012.

CHAYANOV, A. V. **On the theory of non-capitalist economic systems**. In: D. Thorner (compil.). *The theory of peasant economy*, Kerblay and Smith. Illinois, 1966.

D'ALVA, Oscar Arruda. O extrativismo da carnaúba no Ceará. 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16166>. Acesso em 29 de novembro de 2025.

DA SILVA, Osvaldo Soares *et al.* Princípios e valores da carnaúba, um estudo multidisciplinar sobre sua contribuição socioeconômica e cultural no semiárido paraibano. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 14, n. 4, p. e2052-e2052, 2025.

DA SILVA, José Antônio Aleixo; DA CUNHA, Paulo Borges; MEUNIER, Isabelle Maria Jacqueline. Copernicia prunifera (CARNAUBA) WAXEN PRODUCTION MODELING IN THE CAMPO MAIOR COUNTRY-PIAUI. **CERNE**, v. 5, n. 1, p. 061-068, 1999.

DE CARVALHO, José Natanael Fontenele; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Pobreza, emprego e renda na economia da carnaúba. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 2, p. 361-378, 2009.

FABRINI, João Edmilson. **O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e do campesinato**. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 19, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.2002.159. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/159>. Acesso em: 24 nov. 2025.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Cuando la agricultura familiar es campesina. Agriculturas campesinas en Latinoamérica**. Propuestas y desafíos, pp. 19-34, 2014.

GUIMARÃES XIMENES NETO, Francisco Rosemiro; DA PONTE CRISPIM, Francisca Sandra. RISCOS À SAÚDE DE TRABALHADORES RURAIS NO EXTRATIVISMO DA PALHA DE CARNAÚBA. **Enfermagem em Foco**, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: https://enfermefoco.org/wp-content/uploads/articles_xml/2357-707X-enfoco-10-02-0017/2357-707X-enfoco-10-02-0017.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2026.

GRIMM, Suzane. Cooperativa de mulheres agricultoras e artesãs de São Ludgero/SC: desconstrução e continuidades de desigualdades de gênero em contextos de divisão sexual do trabalho. 2020.

INCRA. Assentamentos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 07 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 22/11/2025.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, H. *et al.* (org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.

LORENZI, H.; NOBLICK, L.; KAHN, F.; FERREIRA, E. Flora brasileira Lorenzi: Arecaceae (palmeiras). Instituto Plantarum de Estudos da Flora Nova Odessa, 2010. 368p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico: Carnaúba (*Copernicia prunifera*). Brasília: MAPA/ACS, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-publicacoes-organicos/boas_praticas_de_manejo_para_o_extrativismo_organico_da_carnauba.pdf.

MORGAN, D. L. Focus group as qualitative research London: Sage, 1997.

NOBRE, Miriam; MORENO, Renata. O trabalho e a autonomia econômica das mulheres agricultoras: tensões e desafios na construção de políticas públicas. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 25, 2024.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **O trabalho feminino no meio rural**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 240-252, abr. 2004.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Editora da UFRGS, 2003. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/b7spy/pdf/schneider-9788538603894.pdf>. Acesso em 07 de janeiro de 2026.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Tradução de Guacira Lopes Louro, a partir do artigo Gender: A Useful Category of Historical Analysis, publicado originalmente em *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dez. 1986.

SILVA, Roberto Marinho da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e gestão de políticas públicas**. Brasília: MDS, 2007.

SILVA, Austregésilo Brito; MARQUES, Lana Grasiela Alves; MOREIRA, Jane de Jesus da Silveira. O extrativismo da carnaúba (*Copernicia prunifera*): fonte de renda durável e da mitigação da pobreza do pequeno agricultor piauiense. intelectual, tecnologias e empreendedorismo, p. 37. 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO, PERGUNTAS NORTEADORAS E RESPOSTAS GRUPO FOCAL DE MULHERES ARTESÃS

Roda de conversa Grupo Focal - Mulheres Artesãs Assentamento Vida Nova/Aragão -
Miraíma 22/08/2025

Roteiro

- Acolhida:
Apresentação das bolsistas + Dinâmica (Seu nome, o que gosta de fazer e um sonho)
- Justificativa
O artesanato com a palha da carnaúba é uma atividade importante e cultural dentro do assentamento, além disso, destaca-se a questão de gênero, visto que é desempenhada majoritariamente por mulheres assentadas. A roda de conversa foi realizada visando compreender a visão das mulheres quanto ao artesanato da palha, principalmente sobre o que as anima e o que as desanima na atividade, seus desejos e perspectivas.
- Perguntas Conductoras
 1. **Falem um pouco sobre com quem vocês aprenderam a fazer o artesanato que realizam:**
 “Aprendi com minha mãe”
 “Aprendi com a minha mãe, também”
 “Foi a mãe”
 “Aprendi com uma colega que morava próximo e fazia chapéu”
 “Todo mundo na minha casa fazia chapéu, antes era uma renda extra para comprar roupas novas e calçados”
 2. **O que vocês sentem quando estão produzindo?**
 “Muito bem”
 “Prazer”
 “Tira os pensamentos ruins”
 “Vontade de terminar”
 “Distração, ajuda na saúde mental”
 3. **O que motiva vocês?**
 “Ganhar uma renda extra”
 “Renda extra”
 “Dinheiro”
 “Acalmar a mente”
 “Felicidade”
 4. **O que as desmotiva?**
 “Quando o nosso trabalho não é valorizado” - Unanimidade, todas apenas concordaram.

5. Como vocês fazem a comercialização dos seus produtos?

“Os chapéus de palha são para o atravessador, ele passa comprando”

“Meus crochês eu faço por encomenda”

“Quando me encomendam chapéus mais bem acabados, eu faço e vendo direto pra pessoa, ganho bem mais, mas não é sempre”

6. Vocês acham que o artesanato é valorizado aqui?

“Não” - todas responderam isso

7. Quais são as necessidades ou apoio que vocês acreditam que precisa ter para que seja valorizado e melhor desenvolvido?

“Seria bom se tivesse uma venda fixa”

“Organizar nos mulheres, em um grupo”

“Uma vez um homem de São Paulo queria comprar 500 chapeuzinhos de palha para fazer arranjo de São João, porém a gente não aceitou pq ficamos com medo de não conseguir entregar”

“Queria que tivesse qualificação”

“Divulgação”

8. Vocês achariam interessante fortalecer o grupo de mulheres para que pudessem vender seus produtos juntas? Ou preferem da forma que está mais individualizada?

“O meu Sonho era ter uma rede de mulheres artesãs”

“O sebrae disse que se a gente juntasse 12 mulheres eles faziam um curso pra gente”

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO APLICADO ÀS FAMÍLIAS

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

Extrativismo da carnaúba e renda familiar -
assentamento Vida Nova/Aragão – Miraíma (CE)

1. Identificação da unidade familiar

Quantas pessoas moram na residência?

- 1–2 3–4 5 ou mais

Quantas pessoas contribuem para a renda da família?

- 1 2 3 ou mais

Quem é a principal responsável pela renda da família?

- Mulher Homem Ambos

2. Atividades produtivas da família

(Todas as opções que se aplicam)

- Agricultura (milho, feijão etc.)
 Pecuária
 Extrativismo da carnaúba
 Artesanato com palha da carnaúba
 Trabalho assalariado fora do assentamento
 Benefícios sociais
 Outros: _____

3. Programas sociais e renda complementar

5. A família recebe algum programa social?

- Bolsa Família
 Aposentadoria rural
 BPC - Benefício de Prestação Continuada
 Não recebe
 Outros: _____

6. Esses benefícios representam:

- Principal fonte de renda
 Complemento da renda
 Apoio em momentos específicos

4. Renda média da família ao longo do ano

7. **Considerando o ano todo (não só no período de safra da carnaúba), a renda média mensal da família é:**

- Até 1 mil reais
 1 a 2 mil reais
 2 a 3 mil reais
 Mais de 3 mil reais

8. **Em quais períodos do ano a renda da família costuma ser menor?**

- Durante a quadra chuvosa (aproximadamente entre fevereiro e maio)
 Durante o período de trabalho nos carnaubais, que ocorre principalmente na estiagem (entre agosto e dezembro)
 Durante o restante do período seco, fora da safra da carnaúba (entre junho–julho e janeiro)
 Não percebe diferença ao longo do ano

5. Participação no extrativismo da carnaúba

9. **Quem da família participa do extrativismo?**

- Homem(ns)
 Mulher(es)
 Ambos

10. **Em quais etapas a família atua?**

- Corte das palhas
 Transporte
 Secagem
 Riscagem
 Artesanato

6. Importância da renda da carnaúba

11. **Comparada aos outros meses do ano, a renda da carnaúba é:**

- Muito maior
 Um pouco maior
 Parecida
 Menor

12. **Durante o período da carnaúba, a renda da família:**

- Aumenta bastante
 Aumenta um pouco
 Permanece igual

13. A renda da carnaúba, em relação às outras rendas da família, é:

- A principal fonte de renda
- Uma das principais fontes
- Uma renda complementar
- Uma renda eventual / pouco significativa

7. Uso do dinheiro da carnaúba

14. O dinheiro da carnaúba é usado principalmente para:

- Despesas imediatas (alimentação, contas, remédios)
- Guardar para os meses seguintes
- Quitar dívidas
- Investir em alguma atividade produtiva
- Compra de bens
- Saúde
- Educação
- Lazer

15. A família costuma planejar o uso desse dinheiro?

- Sim
- Não
- Às vezes

16. Você considera a renda da carnaúba como:

- Um dinheiro extra
- Uma renda essencial para o ano
- Uma espécie de “13º salário”
- A principal renda do ano

8. Investimentos realizados com a renda da carnaúba

17. Parte da renda da carnaúba é utilizada para:

- Compra de insumos agrícolas
- Criação de animais
- Melhorias no artesanato
- Manutenção de equipamentos
- Não é investida

18. Esses investimentos ajudam a gerar renda ao longo do ano?

- Sim
- Não
- Em parte

9. Gênero e controle da renda

19. Quem decide como o dinheiro da carnaúba será utilizado?

- Homem
- Mulher
- Decisão conjunta

20. A renda obtida pelas mulheres com artesanato:

- Fica com elas
- Vai para a renda familiar comum
- É administrada por outra pessoa

10. Pergunta final (aberta)

21. Se a família não tivesse a renda da carnaúba, o que mudaria no seu ano?